

*O território camponês em construção: utopias e contradições*

*Peasant in the territory construction: utopias and contradictions*

*Campesino en la construcción del territorio: utopías y  
contradicciones*

*José Novais de Jesus*

Professor da UEG / UnU de Quirinópolis  
novaisdejesus@yahoo.com.br

*Manoel Calaça*

Professor do IESA/UFG  
manoelcalaca.geo.ufg@gmail.com.

*Lorraine Gomes da Silva*

Doutoranda em Geografia pelo IESA/UFG  
Professora da UEG / UnU de Quirinópolis  
lorrannegomes@gmail.com

## **Resumo**

Este artigo tem como objetivo contribuir para as discussões referentes às construções do território camponês a partir das lutas e resistência dos trabalhadores pela posse da terra e permanência no campo. A espacialização das ocupações como estratégias de lutas tem demonstrado que os movimentos sociais do campo confrontam e disputa com o agronegócio a apropriação e uso de territórios. Destaca também a importância da produção de alimentos e geração de empregos na agricultura camponesa. As disputas por terra no Brasil intensificam a violência no campo e como conseqüências a expansão do agronegócio. As alternativas de sobrevivência no campo têm na reforma agrária a perspectiva de viabilizar a melhoria de vida dos camponeses.

**Palavras-chave:** Território, Produção de alimentos, Agricultura camponesa, Resistências.

## Resumen

Este artículo tiene por objeto contribuir a los debates sobre la construcción del territorio de las luchas campesinas y de la resistencia de los trabajadores sobre la tierra y permanecer en el campo. La distribución espacial de las ocupaciones como las estrategias de lucha ha demostrado que los movimientos sociales rurales se enfrentan y luchan con la propiedad de la agroindustria y el uso de las tierras. También destaca la importancia de la producción de alimentos y el empleo en la agricultura campesina. Los conflictos por la tierra en Brasil intensifican la violencia en el campo y, como consecuencia de la expansión de la agroindustria. Las alternativas de supervivencia en el campo tienen la perspectiva de la reforma agraria que permita el mejoramiento de la vida campesina.

**Palabras clave:** Territorio, La producción de alimentos, La agricultura campesina, Resistencia.

## Abstract

This article aims to contribute to the discussions regarding the construction of the territory from the peasant struggles and resistance of workers over land and stay on the field. The spatial distribution of occupations as strategies of struggles has shown that rural social movements confront and struggle with agribusiness ownership and use of territories. It also highlights the importance of food production and jobs in peasant agriculture. The land disputes in Brazil intensify the violence on the field and as a consequence the expansion of agribusiness. The survival alternatives in the field have the perspective on land reform to enable the improvement of peasant life.

**Keywords:** Territory, Food production, Agriculture peasant, Resistance.

## Introdução

A discussão em torno do campesinato é importante para entendermos o processo de construção do território camponês e a viabilidade da agricultura nas pequenas propriedades. A relevância da produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno do país. Essa construção se dá a partir das lutas e da reterritorialização dos agricultores camponeses. A agricultura camponesa tem uma lógica diferente do modelo vigente da agricultura capitalista. Destaca pelo fato de que:

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.(FERNANDES e MOLINA, 2004, p.73).

A importância da agricultura camponesa na produção diversificada de alimentos promove maior geração de empregos por empregar a mão-de-obra familiar. A produção camponesa não visa produzir para o mercado, mas para a subsistência da família; somente o excedente é destinado ao mercado.

Neste sentido, a construção do território camponês nasce do confronto com as contradições do modelo de desenvolvimento que estabelece nas relações de poder envolvendo diferentes correlações de forças e interesses políticos, que concebe diferentes concepções. Pode-se destacar o poder hegemônico da agricultura capitalista, confrontando com um modelo de agricultura que não é predominantemente capitalista, mas que exerce um papel importante para a produção de alimentos de primeira necessidade para o país.

A luta histórica da agricultura camponesa para resistir e reafirmar seu modo de produzir, seu modo de vida, estão presentes nas disputas dos territórios com o agronegócio<sup>1</sup>. A resistência é a expectativa de garantir seu futuro, a permanência e o desenvolvimento sustentável do campo.

A reterritorialização e a desterritorialização dos camponeses no Brasil atualmente tem exigido novas formas de análise para compreender as estratégias de mobilização dos movimentos sociais do campo. Mas em suma, é importante salientar que esta retomada de consciência é a perspectiva de que o campo é um território em disputas.

### **Territórios camponeses: agricultura camponesa, lutas e resistências**

A questão agrária no Brasil toma um novo rumo em função das novas ações e reconfigurações territoriais, mediada pelo capital nacional e internacional, possibilitou

---

<sup>1</sup> É toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

a inserção da agricultura brasileira na dinâmica econômica global. Neste sentido, as disputas pela apropriação do território passam a ser um trunfo de lutas e conflitos por diferentes atores sociais – de um lado constata-se a expansão do agronegócio e por outro a agricultura familiar camponesa que também mobilizam por meio dos movimentos sociais do campo para continuar nos seus territórios de sobrevivência e de cultura.

Para fazer este debate realizaremos discussões relacionadas ao conceito de território a partir de diferentes concepções teóricas, por isto, faz-se necessário apresentar algumas reflexões de diversos autores que trabalham esta categoria de análise, que vai contribuir para compreender as ações dos movimentos sociais e a construção do território camponês. É “essencial compreender bem que o espaço, é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”, Raffestin (1985, p. 143).

Como bem mencionou o autor o espaço é anterior o território. O território se caracteriza e se estabelece a partir de relações de poder. Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2005, p.250), analisam da seguinte maneira. “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”. Para Saquet (2007, p. 27), “o território passa a ser compreendido para além de abrigo, ou seja, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas”. Dessa maneira, o território passa a exercer funções diversas que perpassa pelas ações econômicas, políticas, mas também culturais.

Ao mesmo tempo Haesbaert (2007, p. 74), define como:

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura de território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da Geografia clássica.

Nessa leitura concebe-se o território numa perspectiva integradora onde sociedade e natureza exercem funções recíprocas, sendo que as dimensões sociais são estabelecidas de acordo com a dinâmica econômica e política.

Entender a questão fundiária e a expansão dos Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária no município de Goiás, a partir das ações e atuação dos

movimentos sociais do campo que culminam com a ampliação do território camponês. Essa espacialização se dá por meio de lutas e confrontos com o latifúndio improdutivo.

Por isso faz-se necessário dialogar com os teóricos que contribuirão para aprofundar o debate sobre esta temática. De acordo com Fernandes (2008, p. 296),

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagem geográfica completamente distintas. Nesta condição, temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional, pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo freqüente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala homogeneidade da paisagem geográfica, e é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das commodities que se utilizam dos territórios camponeses.

A partir da leitura pode-se perceber que os conflitos surgem com a expansão do capitalismo no campo, essas contradições e visões diferentes entre campesinato e agronegócio. O campo passa por um processo de ressignificação e destruição de relações sociais que tem como pano de fundo a intensificação das desigualdades sociais.

A construção do território camponês é o resultado de um processo histórico ocorrido com as transformações no espaço agrário brasileiro e constituído por uma divisão de classes sociais, que historicamente se formou a partir de uma questão agrária excludente e concentradora. Como define Raffestin (1985, p. 143). “O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Apesar de as grandes extensões de terras estarem sob o controle da agricultura capitalista, por outro lado a agricultura familiar camponesa desempenha papel significativo na produção de alimentos.

Desse ponto de vista, pode-se observar que existem duas diferentes concepções de modo de produção. O agronegócio que está embasado na lógica do capital financeiro, utiliza-se do cultivo da monocultura, enquanto a agricultura camponesa está sustentada na diversificação da produção de alimentos e da sustentabilidade social e ambiental.

O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e - conseqüentemente - de riqueza e de território. A expansão da territorialidade da agricultura capitalista amplia o controle sobre as relações sociais e o próprio território, agonizando as injustiças sociais. (FERNANDES e MOLINA, 2004, p. 2004).

As contradições existentes no modelo de desenvolvimento se manifestam produzindo pobreza e violência no campo. A expansão e apropriação das terras pelo agronegócio vêm promovendo alterações nos diferentes espaços e no modo de vida dos camponeses. Segundo Montenegro (2007, p.28):

Outro tema tradicional que ganha desdobramentos atuais é o do papel do Estado na agricultura. Além da marcada diferenciação entre a força das políticas públicas dedicada ao agronegócio e a fragilidade das políticas orientadas aos camponeses, o que percebemos desde os anos 1950 é a incorporação da discussão do desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver; a discussão sobre a questão agrária.

As políticas de Estado para alavancar a agricultura camponesa ainda ficam desejar do ponto de vista de garantias de direito aos que residem no campo. Muitos agricultores se encontram descapitalizados, ou seja, sem recursos para desenvolver suas atividades. A ênfase a disponibilidade de recursos relevantes para o agronegócio marcam definitivamente a contradição de forças políticas ou poder de pressão desse setor.

O campo brasileiro precisa ser compreendido como território das diversidades, espaço que produz alimentos, mas também como produtor de culturas, nas diversas regiões do país. Na agricultura camponesa concebe-se um modo de vida, um jeito de ser e de viver. Estas relações são precedidas de acordo com as relações que se estabelecem a partir da renda da terra, como afirma Oliveira (2007, p.59):

A renda da terra em trabalho é a forma mais simples da renda da terra, pois o camponês, produtor direto com a família e com os instrumentos de trabalho que lhes pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio.

Percebe-se que o camponês trabalha de forma gratuita, quando trabalha para o proprietário de terra. Dessa maneira fica explícito o trabalho não- pago, ou seja, o excedente familiar. Ainda de acordo com Oliveira (2007, p.59)

Nesta forma de renda o trabalho que o camponês produtor familiar direto efetua para si mesmo se distingue, no tempo e no espaço, daquele que ele executa para si mesmo se distingue, no tempo e no espaço, daquele que ele executa para o proprietário da terra, que por sua vez aparece diretamente como trabalho sob coação para terceiros.

Estas práticas foram sendo construídas principalmente com os trabalhadores sem-terra, que precisavam trabalhar para produzir alimentos para garantir sua subsistência, porém, não dispunham dos meios de produção, a não ser somente a força de trabalho.

Neste caso acontece que os proprietários entregavam as terras para os trabalhadores, desbravarem podendo por algum tempo utilizá-la plantando feijão, mandioca, milho e arroz. Terminado o prazo, devolviam a terra formada com pastagem. Desse modo os camponeses estavam subordinados as relações de dependência, sendo obrigados a pagarem tributos que transformavam em capital.

Confrontando o processo de trabalho camponês com essas condições de constituição da relação social de produção capitalista, pode-se verificar em que medida tais condições se efetivam para o camponês. Em primeiro lugar, o camponês inserido no modo de produção capitalista não se relaciona com a terra “como uma condição natural de produção”, mas sua relação é determinada pelo fato de a terra ser equivalente de mercadoria cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca. Em consequência, também não se defronta com uma “entidade comunal” enquanto formação real, mas apenas enquanto representação utópica. Em segundo lugar, o camponês detém a propriedade sob os meios de produção, não ocorrendo a “dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento”. Assim, podem-se reconhecer na produção camponesa os elementos de uma “forma de trabalho artesanal”. Em terceiro lugar, o camponês possui os meios de vida “necessários a sua manutenção como produtor”. Na unidade produtiva camponesa, combinam-se a produção de meios de vida, mercadorias. Em quarto lugar, o camponês não se inclui como “parte direta das condições objetivas de produção”, mas se antepõe a elas, enquanto proprietário das condições de seu trabalho. (SANTOS, 1978, p. 22).

Neste sentido, o camponês também possui os meios de produção como afirma o autor, mas as relações que são estabelecidas diferem porque a relação com a terra não prioriza essencialmente uma condição natural de produção. Por ser considerada como o equivalente de mercadoria, que ocorre por meio de troca. De forma que o camponês possui a propriedade.

Outras questões que envolvem o universo camponês pode-se ver as estratégias que são criadas pelos movimentos sociais do campo como forma de resistir à exploração do modo de produção capitalista. Para Feliciano (2006, p.103) “A ocupação

de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação e reprodução de um modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade”.

Esta metodologia do trabalho camponês deve se portar um jeito de ser e de viver, manifesta nas condições e contradições que impõem de forma imperativa a desarticulação desse modo de vida carregado de significado e de símbolos que foram construídos numa trajetória histórica de resistência e de marginalização.

A construção do território camponês vão surgindo a partir dessas ocupações e desapropriações do latifúndio improdutivo e com a criação dos projetos de Assentamentos Rurais. Deve-se considerar que as ações estabelecidas nessa dinâmica social são marcadas por grandes tensões de conflitos e relações de poder.

Como diz Caldart (2000, p.41) O campo no Brasil está em movimento. Há tensões, lutas sociais, organizações e movimentos de trabalhadores e trabalhadoras da terra que estão mudando o jeito da sociedade olhar para o campo e seus sujeitos. Os embates, fruto do jogo de forças e interesses presentes no campo são noticiados pela mídia, muitas vezes parcialmente, na tentativa de desqualificar a relevância da agricultura camponesa e neutralizar as lutas dos movimentos sociais. Enfoca que a reforma agrária não é mais necessária para o país.

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há intenção entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1980, p.158)

As ações humanas nessa perspectiva reproduzem-se a vida social e o domínio do território. Numa alusão aos conflitos sociais ocorridos em função das contradições sociais, são fatores fundantes na organização do espaço. No mundo camponês vale destacar as dimensões do espaço vivido na relação com a natureza, são relações que se embasam em diferentes modos de pensar o espaço e viver nele.

As territorialidades vão se formando de modo que as ações intensificam nas relações de poder e na produção territorial, determinadas pelas relações sociais e existenciais. A partir dessa perspectiva os personagens deste processo (capitalistas,



latifundiários, trabalhadores camponeses, instituições etc.) por meio das suas ações, apropriam e transformam o espaço, construindo assim seu território. Os elementos materiais e imateriais produzidos no cotidiano e nas diferentes relações e contradições da dinâmica social favorecem a sua afirmação e posse do território.

A lógica camponesa busca construir a partir das ações coletivas e da autogestão as possibilidades de se afirmar como uma categoria social. Essas experiências ocorrem de forma expressiva nas manifestações de enfrentamento com o “latifúndio moderno” e na permanência na terra.

As tentativas dos camponeses em construir uma agricultura alternativa visam a uma nova concepção de organização social como forma de superar as imposições da subordinação do capital. Referente às formas de produção camponesa, Santos (1978, p. 69) afirma que:

O camponês é personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo.

É comum no modo de vida camponês a produção de mercadorias que muitas vezes são vendidas para adquirir os produtos que não são produzidos na propriedade familiar, pois esta circulação de mercadoria tem um fim que é satisfazer as necessidades básicas. Interessante observar que as trocas da produção camponesa não visam à produção ou a reprodução de capital.

A produção camponesa realiza o ciclo mercadoria - dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês. O processo de trabalho camponês vai obedecer a essa lógica econômica. (SANTOS, 1978, p.69).

Isto revela que o excedente da produção busca complementar a renda familiar e garantir a reprodução do modo de vida camponês. Essas trocas se dão por meio de dinheiro ou mesmo de trocas de mercadorias. Apesar dessas práticas que eram comuns terem diminuído nas relações entre os camponeses, isto caracteriza mudanças

que ocorrem no modo capitalista que atua de maneira forte, podendo influenciar nessas relações, mas isto não quer dizer que o camponês deixa de ser camponês.

Nos municípios pesquisados foi possível constatar que existem as lavouras de milho, arroz e mandioca, mas a atividade que se destaca é a pecuária leiteira nas unidades camponesas. Essa opção pela pecuária leiteira está relacionada à facilidade de manejo e ao retorno imediato em comparação a outras atividades que representam um custo de produção muito alto. Percebendo essa dificuldade, os camponeses optam por aquela que seja mais adequada em relação aos custos.

Mas, vale salientar a subordinação desse trabalhador às grandes indústrias leiteiras. Muitos estão apostando nessa única atividade como meio de sobrevivência e adquirindo os demais produtos no mercado com a renda do leite. Assim, questões como essas requerem reflexão e análise para compreender o processo dos camponeses no mercado.

Talvez seja essa uma forma de continuar resistindo na condição de camponês? Qual é a lógica que está determinando essas novas atitudes frente aos novos desafios da atual conjuntura econômica e política?

As práticas camponesas se reproduzem no modo vida do camponês que é trabalho e cultura. A sua contribuição na produção de alimentos tem implicações significativas para a sociedade de modo geral, como se pode observar na discussão a seguir.

### **Trabalho e produção de alimentos na agricultura camponesa**

A agricultura camponesa tem participado de forma significativa na produção de alimentos e conseqüentemente na geração de empregos e o importante dessa atividade é que emprega a mão-de-obra familiar. Para oliveira (2004, p. 37):

Outro mito comum entre os que analisam a agricultura brasileira refere-se à participação das diferentes unidades de produção na geração da renda neste setor. Costuma atribuir à grande exploração o papel de destaque. A análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário mostra exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também são as pequenas unidades de produção com menos de 200 hectares que ficam com 56% do total geral.

Ao analisar a situação da agricultura brasileira, precisa-se reconhecer que apesar das disparidades de subsídios, a agricultura camponesa ainda se destaca na produção de alimentos no país.

Partindo desse pressuposto, a reprodução do campesinato está relacionada com a atuação dos camponeses no repensar as estratégias de resistência e sobrevivência diante das situações que lhes são impostas pelo atual modelo de produção capitalista. Por isso, a nova iniciativa que vem ocorrendo no campesinato brasileiro retrata um modo novo de agir do camponês de acordo com a sua necessidade que tem de reproduzir o seu modo de vida, mesmo mudando de atividade.

A construção de territórios camponeses são oriundos das lutas sociais históricas de ocupação e uso, estabelecidas por relações de poder, construídas a partir das contradições econômicas, implica dizer que a mobilização dos diversos movimentos camponeses nessas últimas décadas, vem demarcando novos territórios – a construção de assentamentos rurais, e outras categorias de trabalhadores camponeses que procuram resistir e permanecer no campo. Por isso, esses agricultores estão elaborando e debatendo políticas públicas como projeto estratégico para o desenvolvimento territorial. Para Almeida (2005, p.331-332):

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não reduz a essa dimensão instrumental: o território é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo, de natureza, concepções estas decorrentes de uma cultura ecológica.

O modo de produção camponesa é diversificado, preocupa com a gestão dos recursos naturais, a sua relação com a natureza são estabelecidas por meio de símbolos e significados que implica praticar uma agricultura sustentável, ou seja, respeitando os princípios ecológicos. Esse modo de produção fortalece a luta e amplia a ocupação e a construção de novos territórios. Não só as relações econômicas, sociais que promove a dinâmica do território, mas também vale dizer que existem manifestações simbólicas, visão de mundo e modos de vida, expresso nas suas práticas e atividades na sua relação com a natureza.

Observa-se que nos municípios de Goiás, Orizona e Uirapuru, as atividades desenvolvidas nas pequenas unidades agrícolas, na sua maioria é a pecuária leiteira,

mas, também cultivam lavouras de milho, arroz e mandioca. Sendo a cultura do milho presente em todas as unidades agrícolas. Claro que as pequenas criações também fazem parte destas práticas em todas as propriedades como criação de suínos e aves.

A opção pela criação de gado leiteiro segundo os camponeses deve-se ao retorno rápido e ao fácil manejo em relação a outras atividades. Por isso, muitas das pequenas unidades agrícolas estão ocupando a maior parte das suas terras com pastagem, abandonando os plantios de culturas anuais.

Ainda assim os dados do Censo Agropecuário de 2006 vêm demonstrar que a potencialidade da agricultura familiar camponesa no Brasil tem relevância significativa na produção de alimentos e geração de empregos no campo contrariando o discurso do agronegócio em relação a quem produz mais, o agronegócio ou agricultura camponesa familiar:

No Censo agropecuário de 2006, foram identificados 4367902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Este numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária ainda concentrada no País: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18, 37 hectares, e a dos não familiares, de 309,18 hectares. (IBGE, 2006)

O que podemos destacar referente ao número de estabelecimentos da agricultura familiar è a área ocupada, chegando a 80,25 milhões de hectares, que corresponde somente a 24,3% da área ocupada. Outro fator importante é quando observamos que as áreas de estabelecimentos não familiares representam 15,6% do total dos estabelecimentos, mas em contrapartida correspondiam 75,7% da área ocupada.

Fica evidente que existe no Brasil uma questão agrária, ou seja, a terra continua concentrada nas mãos de poucos. Enquanto a agricultura familiar com apenas 24,3% da área ocupada tem uma participação importante se levarmos em consideração as limitações para os agricultores familiares, principalmente no que se refere aos recursos da política agrícola, houve mudanças significativas, mas ainda deixa muito a desejar no que diz respeito aos financiamentos e assistência técnica. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2006, diz:

Dos 80,25 milhões de hectares da agricultura familiar, 45,0% eram destinados a pastagens, enquanto a área com matas, florestas ou sistemas agroflorestais ocupavam 28,0% das áreas, e por fim as lavouras que ocupavam 22,0%. A agricultura não familiar também seguia esta ordem, mas a participação de pastagens e matas e/ ou florestas era um pouco maior (49,0% e 28,0%, respectivamente), enquanto a área para lavouras era menor (17,0%). Destaca-se a participação da área das matas destinadas à preservação permanente ou reserva legal de 10,0% em média nos estabelecimentos familiares, e de outros 13,0% de área utilizadas com matas e/ou florestas naturais.

A agricultura familiar, apesar de ocupar uma pequena área, vem contribuindo positivamente na produção de alimentos, que na sua maioria é destinada ao mercado interno. Com isso participa ativamente da segurança alimentar do país na sua diversidade de produção.

As mudanças que foram transformando o mundo a partir do século XXI também influenciaram no modo de produção agrícola, colocando como temática as novas concepções de agricultura que vêm destacando-se no projeto neoliberal, e que ganharam corpo nas produções acadêmicas brasileiras. De acordo com Oliveira (2007, p.147):

O monocultivo de exportação até então chamado de agrobusiness, ganhou sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, tratava-se de substituir e diferenciar a agricultura do agro-negócio. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial. Defina-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação.

O debate sobre os conceitos de agricultura está sendo elaborado para pensar uma agricultura de pequeno porte integrada ao mercado, por tal motivo descaracteriza a importância da agricultura camponesa, ao substituir uma atividade milenar responsável para a produção de alimentos necessários para a humanidade. A definição de agricultura familiar, ou seja, o agricultor moderno passa atender às determinações e exigências das empresas que estão, ou serão integradas. Ainda segundo Oliveira (2007, p.147):

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a **agricultura familiar**. O neoliberalismo invadia desta

forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da **agricultura camponesa** e com ela os próprios **camponeses**. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas de esquerda.

A concepção da agricultura familiar tenta emplacar no discurso o agricultor moderno, isto quer dizer, a necessidade da transformação do camponês para o agricultor familiar.

Não podemos esquecer que a produção de culturas como: milho, arroz, feijão e mandioca são importantes porque são produtos básicos consumidos por todos os brasileiros, e o interessante é que são produzidos nas unidades agrícolas.

Precisa-se preocupar com esta questão pelo fato de que a agricultura nas pequenas propriedades deve ser diversificada para garantir a sustentabilidade e sobrevivência dos camponeses, por isso é interessante repensar o discurso do agricultor moderno para não ficar subordinada a lógica do agronegócio, fazendo com que as unidades agrícolas camponesas se tornem minifúndio produzindo monocultura.

As discussões referentes às políticas públicas que estão sendo elaboradas e efetivadas com a participação dos trabalhadores camponeses vem mostrando que estas iniciativas vão contra as forças hegemônicas que disputa território e com isso a agricultura camponesa vão criando territorialidades.

Outro fator importante diz respeito à questão da reforma agrária brasileira, mesmo no que diz respeito ao governo do presidente Lula não houve muito avanço nas desapropriações de terras improdutivas para assentamentos, para milhares de famílias que ainda estão acampadas nas margens das rodovias por esse Brasil afora. Isto quer dizer que a Reforma Agrária deixou de ser tratada como uma necessidade social. Mas ainda assim, os movimentos estão se organizando e lutando para fazer com que a reforma agrária seja de fato efetivada.

O debate sobre os conceitos de agricultura está sendo elaborado para pensar uma agricultura de pequeno porte integrada ao mercado, por tal motivo descaracteriza a importância da agricultura camponesa, ao substituir uma atividade milenar responsável para a produção de alimentos necessários para a humanidade.

A definição de agricultura familiar, ou seja, o agricultor moderno passa atender às determinações e exigências das empresas que estão, ou serão integradas. As discussões por políticas públicas é o debate que os movimentos sociais estão construindo para garantir os avanços das experiências alternativas principalmente nas áreas de produção e educação. Muitos avanços já estão sendo concretizados. Isso reforça a idéia de que a pressão popular é um instrumento de equilíbrio entre sociedade e o poder.

No entanto, sobre a questão agrária brasileira, nenhum governo rompeu com essa estrutura, mas o que vemos é que as terras brasileiras estão a disposição de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, sem nenhum controle por parte das autoridades governamentais. Essa procura seria impulsionada pela busca de áreas para produção de cana-de-açúcar pela valorização dos *commodities* agrícolas. Conforme Carvalho (2007, p. 36):

Portanto, não era um devaneio dos organismos internacionais como FAO, Banco Mundial e BID quando afirmavam, desde há alguns anos e em diversos documentos, que havia a possibilidade de incorporar de 150 a 200 milhões de hectares de terras rurais no Brasil ao processo de expansão da produção de *commodities* sob controle das grandes empresas do agronegócio burguês, considerando-se que a reforma agrária já estava efetivamente excluída da pauta política desde o ano 2000, apesar das lutas sociais pela terra.

A territorialização das grandes empresas sucroalcooleiras vem apropriando-se das terras brasileiras e enfraquecendo as ações coletivas de lutas de resistência e permanência na terra, encampada pelos movimentos sociais do campo. É importante salientar que o debate da reforma agrária saiu da agenda política do governo. Para Moreira (2007, p. 16):

Vivemos uma contradição cruel. A terra e a água se tornaram mercadorias, cada vez mais escassas, mais caras, objeto da concorrência e da ambição dos poderosos. Mas os pobres da terra nunca estiveram tão esquecidos e marginalizados. As terras do cerrado e da Amazônia entraram definitivamente no circuito internacional do mercado de terras. Mas as populações rurais dessas regiões, os camponeses, os pobres do campo e das margens, esses que produzem os alimentos, que com sua cultura nos dão ainda alguma identidade, continuam sofrendo todo tipo de violência e abandono. Por toda parte só o lucro, por todo canto a mesma ambição, a mesma compressão frenética do tempo e o aumento da produtividade. Por toda parte o mesmo esquecimento e perda da memória.

Trata-se de um sistema calcado na violência lucrativa. Segundo o relatório sobre os conflitos no campo, em 2003, já havia constatado que a violência aumenta justamente onde o agronegócio se expande. Essa busca desenfreada pelo lucro ameaça as culturas das populações tradicionais, a biodiversidade dos biomas brasileiros. Essa nova ofensiva do capital no campo tem demonstrado como afirma Moreira (2007, p. 16): “O agronegócio é destruidor da natureza e inimigo dos trabalhadores. Não hesita em mostrar sua face moderna e tecnológica para fora, enquanto que para dentro muitas vezes emprega trabalho infantil e escravo”.

Outras questões suscitam reflexões e debates a respeito de como os movimentos sociais do campo enfrentam a ofensiva do agronegócio: que estratégias possuem os movimentos de resistência? Na disputa entre agroindústria e camponês, como resistem os trabalhadores rurais, seja em função da posse, da permanência ou de melhores condições de trabalho no campo? Esses embates pela apropriação do território nos propiciam tais questionamentos.

Nessa perspectiva, o campo está em movimento, se manifesta por meio das lutas, das reivindicações, das organizações dos trabalhadores. Ainda a respeito da resistência social, Carvalho (2007, p. 38), argumenta:

Não apenas manifestações populares foram registradas em 2007. A elas se devem acrescentar, como expressão da insatisfação dos trabalhadores no campo contra as monoculturas, mais de trinta greves foram deflagradas por cortadores de cana em luta por melhores salários, mas, também, por melhores condições de trabalho. E, se considerarmos que das 364 ocupações de terras, nas lutas pela reforma agrária, verificadas em 2007, 21 delas ocorreram nas áreas de engenhos de cana-de-açúcar, de reflorestamento e de experimentação com culturas transgênicas (caso syngenta no Paraná), é possível se inferir que esses atos populares de resistência social trazem como denúncia e alerta à população brasileira os males do modelo econômico e a impunidade das violações das grandes empresas capitalistas no campo contra os trabalhadores rurais, os camponeses, quilombolas, ribeirinhos e povos indígenas.

À medida que avança a expansão do agronegócio, por outro lado, também avançam os movimentos de resistência no campo. A contraposição a esse modelo se justifica na tentativa de fomentar novas alternativas de desenvolvimento sustentável do ponto de vista social, econômico, ambiental e cultural.

Diante deste modelo predatório, requer-se melhor mobilização e articulação dos movimentos sociais para reivindicar do poder público os direitos que estão estabelecidos na Constituição Federal, e que na maioria das vezes são negados aos



trabalhadores. Para a Comissão Pastoral da Terra CPT - (2007, p. 13): “Faz-se urgente que as articulações dos movimentos sociais realizem um esforço de construção de unidade das forças populares, em vista da construção de um projeto popular alternativo a partir das lutas sociais”.

Os movimentos sociais desempenham um papel importante na atual conjuntura: colocam em discussão temas relevantes e de interesses de toda sociedade brasileira, principalmente da classe trabalhadora. As experiências alternativas em curso são a prova da dinamicidade dos movimentos sociais, na perspectiva de debater com a sociedade uma alternativa de modelo de desenvolvimento.

Aumentar a produção de alimentos da agricultura familiar camponesa é sem dúvida fortalecer a garantia de a soberania alimentar do país. Com isso também desenvolver os territórios camponeses que vão construindo suas experiências e demonstrando que a agricultura camponesa tem relevância importante para toda a sociedade.

### **Considerações Finais**

Diante deste panorama, vale destacar a relevância da agricultura camponesa, principalmente no que se refere à produção diversificada de alimentos. O confronto do agronegócio com a agricultura camponesa coloca, em questão duas visões de modelo que são demarcadas por relações de poder. A apropriação do território camponês resultado de lutas históricas que ampliaram as mobilizações por meio dos movimentos sociais e com isso surgiu diversas alternativas impulsionadas pelos trabalhadores camponeses.

As lutas, as ocupações de terras são estratégias dos camponeses para continuar nos seus territórios de sobrevivência e de cultura, forma de manifestar um modo de vida. Pode também constatar que muitas alternativas estão surgindo com o intuito de viabilizar o aumento da produção nas unidades agrícolas camponesas. Os municípios de Goiás, Orizona e o Uirapuru que foram objetos de estudo da pesquisa, percebe-se formas diferentes de organizações, na sua maioria possuem pequenas propriedades rurais.

As discussões referentes às políticas públicas que estão sendo elaboradas e efetivadas com a participação dos trabalhadores camponeses vem mostrando que estas iniciativas vão contra as forças hegemônicas que disputa território e com isso a agricultura camponesa vão criando territorialidades.

Por fim, o campo brasileiro vive um dilema contraditório a partir da sua lógica de desenvolvimento. Por um lado vemos que existe uma questão agrária baseada na concentração fundiária e por outro percebe desenvoltura dos movimentos sociais do campo na tentativa de garantir o exercício da cidadania e ao mesmo tempo reivindica direitos de permanecerem na terra.

## Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. A Captura do Cerrado e a Precarização de Territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In.\_\_\_\_\_. (org.). **Tantos Cerrados: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidades e singularidade cultural.** Goiânia: Vieira, 2005.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In. BENJAMIN, César e CALDART, Roseli Salete (orgs). **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília: Articulação Nacional Por uma educação Básica do campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, nº 3, 2001.

CARVALHO, Horácio Martins de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antonio, LUZ, Cássia Regina da Silva, AFONSO, José B. G. e SANTOS, Maria M. (orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2007.** Goiânia: CPT Nacional, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano e Molina, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In. MOLINA Mônica Castagna e Jesus, Sonia Meire Santos Azevedo de. (orgs.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, nº 5, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico - IBGE. **Censo Agropecuário, 2006.** Agricultura Familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro, p.1-267. (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. e ESTÉDILE, João Pedro. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. CONCRAB/ACTION AID. Brasileira, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modode Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

RAFFESTIN, Claude. **Pour une Géographie Du pouvoir**. Copyright Litec, Paris, 1980.

SAQUET, Marcos Saquet. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

MONTENEGRO, Jorge. Conflitos pela Terra e pelo Território: Ampliando o Debate sobre a Questão Agrária na America Latina. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no fim do século XXI – 7 ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Recebido para publicação em setembro de 2013  
Aprovado para publicação em novembro de 2013